



## PARECER TÉCNICO DE CONTROLE INTERNO Nº 0170/2025

### I- IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO

**Processo: 0056/2025**

**Dispensa: 700008/2025/SME.**

**Objeto: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE COLCHONETES PARA AS CRECHES E REFORMA DE POLTRONAS DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER À NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURILÂNDIA DO NORTE-PA.**

**Contratado: L A ROCHA TAVARES ESTOFADOS LTDA**

**Valor: R\$ 62.613,30**

**Total de páginas do processo: 064**

**Unidade Gestora: Secretaria Municipal de Educação**

### II- FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- Lei nº 4.320/64;
- Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 (Art.31, Art. 70 a 74);
- Lei de Responsabilidade Fiscal;
- Lei de Licitações e Contratos Administrativos nº 14.133/21 (NLCC);
- Plano Plurianual; Lei Municipal de Diretrizes Orçamentárias e Lei Orçamentária Anual vigentes;
- Decreto Municipal nº 283/2023;
- Planejamento Anual de Contratações do exercício de 2024.

### III- METODOLOGIA

Para realização da análise do processo de nº **0056/2025**, foi aplicado à Lista de Verificação elaborada e padronizada pela Coordenadoria Municipal, tendo como referência a Lei nº 14.133/21 e as orientações da AGU em observância ao art. 19, IV, § 2º da NLLC.

Com vistas a fortalecer o controle preventivo, a mesma lista foi disponibilizada às unidades responsáveis pela instrução do processo (planejamento e licitação), que deve ser utilizada e fazer parte do rito processual, durante a fase de instrução do processo para permitir a conferência pela própria unidade das exigências mínimas nela contidas e certificar-se de que realizou a devida juntada dos documentos no processo, devendo ser juntada ao processo antes do envio à Procuradoria Jurídica e a Controladoria para manifestação.

No preenchimento da lista de verificação pela Controladoria é analisada as consequências para cada resposta negativa, se pode ser suprida mediante justificativa ou enquadramentos específicos, ou se deve haver complementação da instrução do processo. Nesse sentido, a coluna “*Atende plenamente a exigência?*”, é preenchida com as seguintes respostas: **Sim**: atende plenamente a exigência; **Não**: não atende plenamente a exigência; **Não se aplica**: a exigência não é feita para o caso analisado.

Após isso, este parecer técnico é anexado ao processo e encaminhado para as unidades responsáveis para ciência e adoção de providências, se for o caso. As recomendações emitidas no parecer são registradas em documento consolidado da Coordenadoria para acompanhamento posterior de atendimento e de possíveis reincidências.

#### IV- PONTOS DE AVALIAÇÃO

### LISTA DE VERIFICAÇÃO - DISPENSA PARA CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS E AQUISIÇÃO DE PRODUTOS

Exigências para Formalização de Procedimentos para contratação por dispensa de licitação	Referência	Atende plenamente a exigência? <small>SIM/NÃO/ NÃO SE APLICA (NA)</small>	Indicação do local do processo em que foi atendida a exigência (fls)	Observação
<b>SOLICITAÇÃO DA DEMANDA</b>				
Houve abertura de processo administrativo?		SIM	46	
Foi adotada a forma eletrônica para o processo administrativo ou, caso adotada forma em papel, houve a devida justificativa?	Art. 12, VI, da Lei 14.133/21	NÃO	23	Houve justificativa
Houve a autorização da autoridade competente?	Art. 72, VIII, da Lei 14.133/21	SIM	03	
A autoridade competente designou os agentes públicos responsáveis pelo desempenho das funções essenciais à contratação?	Art. 7º, caput, da Lei 14133/21	SIM	43	
Consta documento de formalização de demanda?	Art. 12, VII, e art. 72, I, da Lei 14.133/21	SIM	01	
Foi certificado que objeto da contratação está contemplado no Plano de Contratações Anual através do documento de Formalização da demanda?		SIM	17	
Consta manifestação técnica justificando o enquadramento da contratação expressamente nas hipóteses do art. 75 da Lei 14.133/21?	Art. 75 da Lei 14.133/21		05	

Consta documento do Setor de Compras informando a inexistência de processo com o mesmo item (comprovação de inexistência de fracionamento de licitação)?		NÃO		
<b>ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR</b>				
Há <b>Estudo Técnico Preliminar</b> ?	Art. 18, §1º, art. 72, I, da Lei 14.133/21	SIM	04	
O <b>Estudo Técnico Preliminar</b> contempla ao menos a descrição da necessidade, a estimativa do quantitativo, a estimativa do valor, a manifestação sobre o parcelamento e a manifestação sobre a viabilidade da contratação?	Art. 18, §§ 1º e 2º, da Lei 14.133/21	SIM	05	
Consta justificativa para a ausência dos itens não obrigatórios dos Estudos Técnicos Preliminares?	Art. 18, §2º, da Lei 14133/21			
<b>ANÁLISE DE RISCOS</b>				
Há <b>Análise de Riscos</b> ? o documento está completo e específico ao objeto da Contratação?	Art. 72, I da Lei nº 14.133/21	NÃO		
Caso não existam os Estudos Técnicos Preliminares ou a Análise de Riscos, houve manifestação justificando a ausência do documento?	Art. 18, §3º, e art. 72, I, da Lei 14.133/21	NÃO		
Houve manifestação justificando as exigências de práticas e/ou critérios de sustentabilidade ou sua dispensa no caso concreto?	Art. 5º e art. 11, I e IV, da Lei 14133/21	NÃO		
<b>TERMO DE REFERÊNCIA</b>				
Há <b>Termo de Referência</b> ?	Art. 72, I, da Lei 14.133/21	SIM	010	
Consta no <b>Termo de referência</b> a definição do objeto da contratação, os critérios de aceitação das propostas, inclusive com a fixação dos prazos e condições para fornecimento e aceitação?	Art. 6º, XXIII da Lei n.º 14.133/21	SIM	013	
Foi certificado que os serviços a serem contratados se enquadram como as atividades materiais acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituam área de competência legal do órgão ou da entidade?	Art. 48 da Lei 14.133/21	NÃO		

Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21 Foi demonstrado respeito ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro?	Art. 75, I ou II, da Lei 14.133/21			
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, a autoridade declarou que a contratação será precedida de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis?	Art. 75, §3º, da Lei 14.133/21	SIM	55	
Tratando-se de dispensa emergencial consta a caracterização/comprovação da situação emergencial? (Documentos, laudos, determinações judiciais, comprovação do fato que ocasionou a situação emergencial)				
Tratando-se de dispensa por licitação deserta, há a comprovação da ausência de interessados em licitação anterior e a comprovação de que a repetição da licitação anterior causaria prejuízo para a Administração?	Art. 75, III, da Lei 14.133/21	Não é o caso		
Foi certificada a <b>utilização de modelos</b> de Estudo Técnico Preliminar, Termos de Referência padronizados e listas de verificação fornecidos pela Coordenadoria de Controle Interno ou houve justificativa para sua não utilização?	Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14.133/21	NÃO		
<b>FASE DE AUTORIZAÇÃO</b>				
O <b>processo de contratação</b> contém demonstração da compatibilidade da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido?	Art. 72, inc. IV da Lei n.º 14.133/21	SIM	048	
Tratando-se de contratação que envolva a criação, expansão ou aperfeiçoamento de ação governamental que acarrete aumento da despesa, constam dos autos estimativa do impacto orçamentário-financeiro da despesa no exercício em que deva entrar em vigor e nos dois exercícios seguintes e declaração sobre adequação orçamentária e financeira?	Art. 16, I e II, da LC 101/2000	NÃO		

Existe <b>declaração do ordenador de despesa</b> de que o gasto necessário à consequente contratação tem adequação orçamentária e financeira com a Lei Orçamentária Anual e compatibilidade com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias?	Art. 16, inc. I, da Lei Complementar n.º 101/2000) Art. 18 da Lei 14.133/21	SIM	048	
<b>FASE DE SELEÇÃO/ ESCOLHA DO FORNECEDOR</b>				
Tratando-se de situação em que não é possível estimar o valor do objeto na forma estabelecida nos §§ 1º, 2º e 3º do art. 23 da Lei 14.133/21, o contratado comprova por algum meio idôneo que os preços estão em conformidade com os praticados em contratações semelhantes de objetos de mesma natureza, tais como notas fiscais emitidas para outros contratantes no período de até 1 (um) ano anterior à data da contratação pela Administração?	Art. 72, II e VII, e art. 23, §4º, da Lei 14.133/21	SIM	035	
Tratando-se de dispensa fundada nos incisos I ou II do art. 75 da Lei 14.133/21, foi demonstrado respeito ao limite de valor considerando o somatório do valor da contratação com o valor de outros objetos da mesma natureza contratados pela mesma unidade gestora no mesmo exercício financeiro?	Art. 75, §1º, da Lei 14.133/21			
Consta <b>Pesquisa de mercado</b> com o mínimo de 03 orçamentos e planilha de preços <b>ou</b> demonstração de limitação de mercado ou manifesto desinteresse dos convidados inviabilizando a obtenção dos 03 orçamentos (no mínimo)?	Art. 23, §1º, II; Art. 72, VII, da Lei Federal n.º 14.133/21	SIM	018	
O processo contém <b>justificativa do preço</b> baseada em pesquisa ou certificação de que a estimativa ocorrerá concomitantemente com a seleção da proposta mais vantajosa?	Art. 72, II e VII, e art. 23 da Lei 14.133/21	SIM	027	
Consta nos autos a <b>proposta do fornecedor escolhido</b> , com todos os detalhes técnicos de preço e de prazos?	Art. 33 da Lei n.º 14.133/21	SIM	020	
O processo contém a <b>razão da escolha</b> do fornecedor ou executante?	Art. 72, inc. VI da Lei n.º 14.133/21	SIM	028	
Foram apresentados comprovantes referentes às garantias porventura exigidas, quando for o caso?	Art. 96, da Lei n.º 14.133/21	NÃO		

<b>No procedimento de contratação, há respeito ao Princípio da Moralidade Administrativa e por aplicação analógica dos arts. 62-70, Lei Federal nº 14.133/21:</b>				
a) Documentação relativa à <b>habilitação jurídica</b> do fornecedor ou executante nos moldes do art. 66, da Lei Federal n.º 14.133/21?	Art. 66, da Lei Federal n.º 14.133/21	SIM		
b) Na apresentação <b>das certidões de regularidades</b> , verificar a autenticidade fazendo busca nos respectivos sites.		SIM		
c) Documentação relativa à <b>qualificação técnica</b> nos moldes do art. 18, IX, e 72, V da Lei Federal n.º 14.133/21?	Art. 18, IX, e 72, V da Lei Federal n.º 14.133/21	SIM		
d) Consta o comprovante de pesquisa, demonstrando que fora realizada a consulta no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep) e juntadas ao processo as certidões negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas?	Art. 91, § 4º, da Lei Federal n.º 14.133/21	NÃO		
Consta dos autos certificação acompanhada de comprovação de que o contratado preenche os requisitos de habilitação e de qualificação mínima necessários?	Art. 72, V, da Lei 14133/21	NÃO		
<b>Consta no processo os seguintes documentos de regularidade/qualificação mínima?</b>				
Certidão de Regularidade junto ao Fisco Federal atualizada?	Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021	SIM	039	
Certidão de Regularidade junto ao Fisco Estadual atualizada?	Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021	SIM	037	
Certidão de Regularidade junto ao Fisco Municipal atualizada?	Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021	SIM	040	
Certidão de Regularidade junto ao FGTS atualizada?	Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021	NÃO	042	
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas atualizada?	Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021	SIM	041	
SICAF (art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021) => <u>substitui as certidões anteriores</u>	Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021	NÃO		

Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU ( <a href="https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/">https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/</a> )?	Art. 91, § 4º da Lei nº 14.133/2021	SIM	036	
Cartão do CNPJ?	Art. 66 da Lei nº 14.133/21	NÃO		
Contrato social e alterações?	Art. 66 da Lei nº 14.133/21	SIM	031	
Procuração ou ato que designa o representante legal, se for o caso?	Art. 66 da Lei nº 14.133/21	NÃO		
Documentos do representante legal – CPF e RG?	Art. 66 da Lei nº 14.133/21	SIM	030	
Declaração de que não emprega menores de idade?	Art. 7º, inciso XXXIII da CF	NÃO		
Consta a <b>Minuta do Termo de Contrato</b> ou algum dos instrumentos hábeis a substituí-lo, nos casos permitidos pelo art. 18, VI, c/c art. 90 <i>caput</i> , da Lei Federal nº 14.133/21?	Art. 18, VI, c/c art. 90 <i>caput</i> , da Lei nº 14.133/21	SIM	057	CONTRATO
Consta parecer jurídico manifestando especificamente sobre a possibilidade de dispensa de licitação, e parecer técnico, se for o caso?	Art. 72, inc. III da Lei nº 14.133/21	SIM	050	
Foi certificada a <b>utilização de modelos</b> padronizados e listas de verificação fornecidos pela Coordenadoria de Controle Interno ou houve justificativa para sua não utilização.	Art. 19, IV e § 2º, da Lei 14.133/21	NÃO		
<b>PUBLICIDADE DOS ATOS</b>				
As contratações diretas foram divulgadas e mantidas à disposição no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), necessariamente o ato que autoriza a contratação ou o extrato decorrente do contrato e o aviso de contratação direta?	§ 3º o art. 75 da Lei nº 14.133/21.	SIM	061	
Ocorreu a remessa eletrônica para o TCM-PA em conformidade com o disposto na Instrução Normativa nº 22/2021 através do sistema eletrônico Mural de Licitações?	Instrução Normativa nº 22/2021 do TCM-PA	SIM		



## V- DO CONTRATO

Chegou para esta controladoria à necessidade de manifestação acerca do **Contrato Administrativo nº 0125/2025/SME**, cujo objeto é a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA CONFECÇÃO DE COLCHONETES PARA AS CRECHES E REFORMA DE POLTRONAS DE ÔNIBUS DO TRANSPORTE ESCOLAR PARA ATENDER Á NECESSIDADE DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE OURILÂNDIA DO NORTE-PA**, de acordo com o que determina o anexo do contrato, para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação de Ourilândia do Norte-PA.

**Em análise percebe-se que o contrato administrativo nº 00125/2025/SME, está em conformidade com o que determina a legislação, em especial o artigo 89 da Lei 14.133/21, prevendo todas as cláusulas exigíveis, como a descrição do objeto, o preço, forma de pagamento entre outros.**

**Recomenda-se a observância com relação ao prazo para publicação do contrato, conforme previsto no art. 94, I:**

Art. 94. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

**I - 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação;**

**II – 10 (dez) dias úteis, no caso de contratação direta;**

Assim, considerando a legalidade do contrato em análise, **manifesta-se essa Controladoria, pela possibilidade de prosseguir o presente para fins da realização das demais fases, observando-se, para tanto, os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial, portal dos jurisdicionados do TCM/PA e PNCP.**

## VI- RECOMENDAÇÕES

Considerando as análises realizadas pela Controladoria no processo nº **0056/2025**, quanto a solicitação de demanda, estudo técnico preliminar, **análise de riscos**, termo de referência, fase de autorização e de seleção e escolha do fornecedor, tecemos as seguintes recomendações:

**Recomenda-se que o setor de Licitações e Contratos, disponibilize a análise de riscos no processo, em observância ao art. 72, I da Lei nº 14.133/2021;**



## VII- CONCLUSÃO

Manifesta-se essa Controladoria, pela possibilidade de prosseguir com o presente processo nº **0056/2025**, após o atendimento das Recomendações acima citadas, bem como que seja observado os prazos e disposições legais atinentes à matéria, inclusive atentando quanto à obrigatoriedade de publicação de referidos atos na imprensa oficial e portal dos jurisdicionados do TCM/PA, bem como PNCP.

Por fim, retornem os autos ao responsável para conhecimento, manifestação e adoção das providências cabíveis.

Em Ourilândia do Norte-PA, 05 de Maio de 2025.

**LAUDILINA CAETANA MURÇA**  
Coordenadora do Controle Interno  
Dec. 030/2025.